



Mesmo sem o repasse de verbas do Governo Federal, a PM intensificará o policiamento nas ruas

Secretaria adota medidas para reprimir a violência

Enquanto aguarda o repasse de verbas da União para a área de segurança pública, o Governo do Distrito Federal não pretende ficar de braços cruzados. "Não vamos ficar parados diante do agravamento do quadro de violência. A tranquilidade voltará a reinar em Brasília", garantiu semana passada o governador Joaquim Roriz, para quem a responsabilidade pelo aumento dos índices de criminalidade no DF é do Congresso Nacional que, a quatro meses do final do ano, não aprovou o Orçamento de 1994. "Os parlamentares não poderiam ser mais omissos. São os culpados pela crise que a segurança atravessa", dispara Roriz.

Inconformado com a demora do Congresso em liberar recursos previstos na Constituição, o governador resolveu buscar soluções internas para tentar minimizar a crise do setor. Em compasso de espera para receber a verba assegurada pela Carta Magna, o GDF decidiu liberar US\$ 1 milhão para recuperar a frota da Polícia Militar. Outra medida adotada foi antecipar o Programa Emergencial de Segurança Pública, que será constituído de 12 projetos desenvolvidos em etapas a curto e médio prazos. Com um cronograma a ser cumprido de setembro a dezembro, o programa visa melhorar as condições de trabalho da segurança pública do DF.

Repórter — Preocupado com o aumento do número de assaltos, estupros e homicídios registrados nas cidades-satélites e no Plano Piloto, o governo fez um apelo à bancada do DF no Congresso Nacional para que agilize a aprovação do Orçamento, que acabou ficando para o ano que vem. "Temos que estar juntos independentemente de coloração partidária. Até porque esta é uma exigência da população", comenta o governador depois de criticar a forma com que os partidos de

esquerda "têm se aproveitado da desgraça alheia para tentar atingi-lo nos programas eleitorais gratuitos".

Na avaliação de Roriz, casos como o da menina Márcia dos Anjos da Cruz, assassinada na porta de uma escola na Expansão do Setor "O", deveriam ser tratados com mais humanidade". E salienta que a Secretaria da Fazenda tem remanejado recursos próprios para a segurança. "Temos feito o que é possível, mas não temos recursos para dar conta de todas as necessidades", reconhece.

Despesas — De acordo com o secretário da Fazenda, Everardo Maciel, o saldo de despesas com a área de segurança é de US\$ 3 milhões. As reduções no total de recursos para o setor preocupam os técnicos do GDF. Dados liberados por Everardo revelam que em 1991 o repasse foi de US\$ 16 milhões; em 1992, US\$ 14 milhões; no ano seguinte, US\$ 9,6 milhões e até agosto US\$ 8,9 milhões. Pelos cálculos do governador, se o Congresso tivesse aprovado o Orçamento, o GDF teria condições de atender às expectativas.

O governador destaca, ainda, que a alocação de US\$ 1 milhão foi destinada para recuperação de 392 viaturas da Secretaria de Segurança, que estavam funcionando precariamente ou, pior, fora de uso. O secretário de Segurança, general Rubem Taveira, garante que a frota ativa do DF atualmente é de cerca de 700 veículos e que, no máximo, em 40 dias as viaturas fora de operação estarão entrando em fase final de recuperação. Taveira salienta ainda que os US\$ 8,9 milhões repassados este ano estão bem aquém das necessidades. "Só para o custeio a verba necessária é de US\$ 23 milhões. E o que nós recebemos foi para investimento e custeio".

O secretário de Segurança faz ques-

tão de registrar que o Governo Federal não tem qualquer responsabilidade pela demora na liberação de recursos para o setor. "Enquanto o Congresso não aprovar o Orçamento, a área econômica ficará de mãos atadas", explica, depois de salientar que o Plano Real ajudará o País a caminhar para a normalidade. Nem por isso, ele deixa de apontar as dificuldades, sobretudo, em relação ao efetivo. Segundo ele, em 20 anos, enquanto o número de habitantes triplicou no DF, o efetivo não chegou à metade.

De acordo com dados divulgados por Taveira, hoje a Polícia Militar dispõe de 13 mil homens, para apenas 2 mil 800 na Polícia Civil e 4 mil bombeiros. A seu ver, o ideal é dobrar esse efetivo. O governador Joaquim Roriz propôs, há duas semanas, uma mobilização da bancada local no Congresso Nacional no sentido de aprovar o projeto que prevê a ampliação do efetivo das polícias Civil e Militar.

Emergência — Depois de escolher o programa de emergência como a prioridade número um do seu governo, Roriz destaca que o sucesso da iniciativa depende e está vinculado diretamente à aprovação do Orçamento. Mas, como não pretende ficar inerte enquanto a criminalidade cresce, resolveu implementar as etapas do programa. Segundo ele, alguns projetos já vêm sendo desenvolvidos experimentalmente. Como a ação comunitária de segurança e a operação conjunta. Também constam do programa a criação e implantação de um sistema integrado de comunicações e informática, a criação de uma política tributária, o aumento do efetivo e a construção de novos quartéis e delegacias. "Boa parte dessas propostas depende da ação do Congresso. Se os parlamentares comparecerem às votações para garantir quórum, não só Brasília como o País poderá melhorar", alerta.